

CORREIO NACIONAL

Divulgação/Governo de SP



Projeto também altera início da licença para mães

SP envia à Alesp projeto que amplia licença-paternidade

O Governo de São Paulo enviou à Assembleia Legislativa (Alesp) um projeto de lei que amplia de 5 para 20 dias a licença-paternidade de servidores estaduais. A proposta visa atualizar a política de apoio à primeira infância e às famílias, além de oferecer tratamento igualitário em casos de adoção. A medida também aperfeiçoa a licença-maternidade, que passará a iniciar após a alta hospitalar da mãe ou do bebê, garantindo que nenhum dia seja perdido em internações prolongadas. Para adoções, o outro cônjuge ou companheiro terá direito a 20 dias de afastamento. O projeto foi enviado nesta terça-feira (5) com pedido de tramitação em regime de urgência, segundo o governo estadual.

Procon encontra falhas em pet shops

Equipes do Procon de São Paulo vistoriaram 309 estabelecimentos que comercializam produtos e serviços para animais em 23 municípios paulistas e encontraram irregularidades em 149 (48,2%). Na capital, foram 158 fiscalizados, com 51 irregularidades (32,27%). Nas demais cidades, 151 foram visitados e 98 apresentaram problemas (64,90%), sobretudo falta de preço, validade e rotulagem, incluindo itens vencidos.

Divulgação/Governo de SP



Governo incentiva programas de empreendedorismo

SP abre 127 mil empresas no 1º trimestre

O Estado de São Paulo encerrou o primeiro trimestre de 2026 com mais de 127 mil empresas abertas, o melhor resultado da série histórica da Junta Comercial do Estado de São Paulo. O desempenho é impulsionado pelo mês de março, que registrou 49.794 novas empresas, o maior volume mensal em 28 anos. Em comparação a 2025, o crescimento foi de 21% no período e de 53,3% em relação a 2024. Segundo o IBGE, o volume de serviços no país cresceu cerca de 2,4% em 2025, contribuindo para o ambiente de negócios.

Noad atua contra crime digital infantil

O Núcleo de Observação e Análise Digital (Noad) da Secretaria de Segurança de SP retirou do ar mais de 90 perfis que compartilhavam vídeos do estupro coletivo de dois menores na zona leste, em 21/4. A prática é crime, punida com reclusão de 1 a 4 anos e multa. O Noad e o 63º DP seguem investigando autores e compartilhamentos. O The National Center for Missing and Exploited Children auxiliou na exclusão.

Assembleia debate

Parlamentares da Assembleia Legislativa de SP discutiram na 55ª Sessão Ordinária temas como a reforma administrativa na educação, privatizações no Grande ABC, violência policial e falta de fardamento. Deputados também celebraram a inauguração do Parque do Rio Bixiga, no centro da capital.

Nova ressonância

O Complexo Hospitalar Padre Bento, em Guarulhos, recebe novo equipamento de ressonância magnética, reforçando diagnósticos de alta complexidade. O investimento total é de R\$ 8 milhões, com recursos do Estado. O deputado Jorge Wilson destacou que a medida amplia o atendimento e integra avanços como mais leitos.

Pesquisa ameaçada

A Assembleia Legislativa de SP debateu o Decreto 70.410/2026, que extingue 67 mil cargos na administração estadual, incluindo 5.280 ligados a institutos de pesquisa. Parlamentares e especialistas alertaram para riscos à ciência, tecnologia e serviços essenciais, e estudam medidas jurídicas contra a extinção de cargos ocupados.

Democracia e TI

O Instituto do Legislativo Paulista promoveu aula sobre tecnologias de informação e democracia. Especialistas abordaram impactos de redes sociais e inteligência artificial, destacando desinformação, deepfakes e polarização política. O curso busca analisar fundamentos democráticos e desafios contemporâneos, com foco em transparência.

Hipertensão

A Assembleia Legislativa de SP promoveu debate sobre hipertensão pulmonar, doença rara que afeta 15 a 26 pessoas a cada 100 mil habitantes. Especialistas e pacientes pediram diagnóstico precoce, acesso a medicamentos pelo SUS e políticas públicas eficazes. Parlamentares prometeram encaminhar propostas legislativas.

Homenagem AACD

A Alesp realiza hoje sessão solene em homenagem à AACD, instituição de referência em reabilitação e inclusão de pessoas com deficiência. A cerimônia, presidida pela deputada Solange Freitas, inclui a entrega do Colar de Honra ao Mérito e reconhece 75 anos de atendimentos e contribuições à saúde e à inclusão social.



Carmen Lúcia votou contra a lei que altera a partilha

Dino pede vista e julgamento dos royalties é suspenso

Relatora, ministra Carmen Lúcia votou contra a aplicação da lei

Redação

A ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, votou, nesta quinta-feira (7), pela manutenção do modelo atual de distribuição dos royalties do petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, concentrando os repasses aos estados e municípios produtores, como Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo.

Segundo a relatora, essas regiões enfrentam impactos diretos da atividade de exploração e, por isso, devem receber compensações financeiras. Para a ministra, a própria Constituição já definiu esse modelo de repartição, e as mudanças previstas na lei de 2013 alterariam o sistema tributário sem respaldo constitucional. Após o voto da relatora, o ministro Flávio Dino pediu vista do processo, suspendendo temporariamente o julgamento. O magistrado terá até 90 dias para devolver o caso ao plenário.

A análise começou na quarta-feira (6), quando o plenário ouviu o relatório das ações, além das manifestações das partes e dos interessados no processo. Representantes da União, dos estados e dos municípios produtores defenderam a manutenção das regras atuais, argumentando que os royalties têm caráter compensatório pela exploração dos recursos naturais. Em contrapartida, representantes dos estados e municípios não produtores sustentaram que a revisão das regras promoveria uma distri-

buição mais equilibrada da riqueza nacional, em consonância com um modelo federativo mais igualitário.

Durante o julgamento, Carmen Lúcia rebateu argumentos de que os impactos ambientais da exploração em alto-mar atingiriam igualmente outras regiões do país. Segundo ela, embora os danos ambientais possam ter efeitos difusos, os maiores impactos permanentes recaem sobre as áreas diretamente ligadas à atividade petrolífera.

O tema está em debate no STF desde 2013, quando a ministra concedeu liminar suspendendo a nova regra de partilha. Desde então, o caso entrou diversas vezes na pauta de julgamentos, mas acabou sendo adiado, inclusive a pedido de estados produtores, como o Rio de Janeiro. A norma questionada alterou os percentuais de distribuição dos royalties e das participações especiais destinados à União, estados e municípios produtores, criando limites para os repasses e direcionando parte dos recursos, por meio de fundos especiais, aos estados e municípios não produtores.

A proposta surgiu em meio às discussões sobre a criação de um fundo voltado para investimentos em educação e saúde com recursos do petróleo. Nesse contexto, foi aprovada a Lei 12.858/2013, que destinou 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde. A legislação também determinou que metade dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal seja aplicada nessas áreas.